CUIDAR
REDE DE CUIDADO
EDUCAR PARA TRANSFORMAR

CEDECA Glória de Ivone

kinder not hilfe

MISEREOR
IHR HILFSWERK

2º ESTUDO SOBRE OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SETOR TAQUARI

Por CEDECA GLÓRIA DE IVONE

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste estudo é produzir uma análise sobre os direitos das crianças e adolescentes. É uma ação prevista do Projeto Cuidar que é formado por dois projetos, Rede de cuidado, em parceria com a Kindernothilfe e Educar para Transformar e Misereor/KZE.

O Programa Cuidar tem como objetivo fortalecer o sistema local de proteção social de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências, com o apoio da Misereor/KZE e Kindernothilfe, sendo umas das atividades do projeto desenvolver o Curso de protagonismo político e cultural para fortalecimento das vozes e autoproteção de crianças e adolescentes que residem no Setor Taquari. Os encontros acontecem toda as quartas - feiras das 15hs às 18hs, durante esses encontros são abordados diversos temas como: Território, Identidade e autoimagem, Direitos de Criança e adolescente, Direito à participação de crianças e adolescentes , Segurança na Internet, Saúde Mental, Autoproteção e Diversidades.

Além de trazer um panorama, baseado em uma amostragem representativa do perfil das 38 crianças e adolescentes participantes da segunda turma do Curso de Protagonismo Político e Cultural e suas famílias. A organização desses dados tem um sentido político muito importante. Essas informações são fundamentais para que possamos incidir nas políticas públicas voltadas para essa população.

Mas afinal, para que servem esses dados? Eles servem para compreender a realidade das crianças e adolescentes do Taquari, identificando suas necessidades, desafios e vulnerabilidades.

Portanto, esse estudo tem um papel fundamental no exercício do controle social das políticas públicas, e na defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Permite-nos compreender o contexto social e econômico do público infanto juvenil, e incidir politicamente para que as instituições cumpram o seu dever diante das necessidades identificadas.

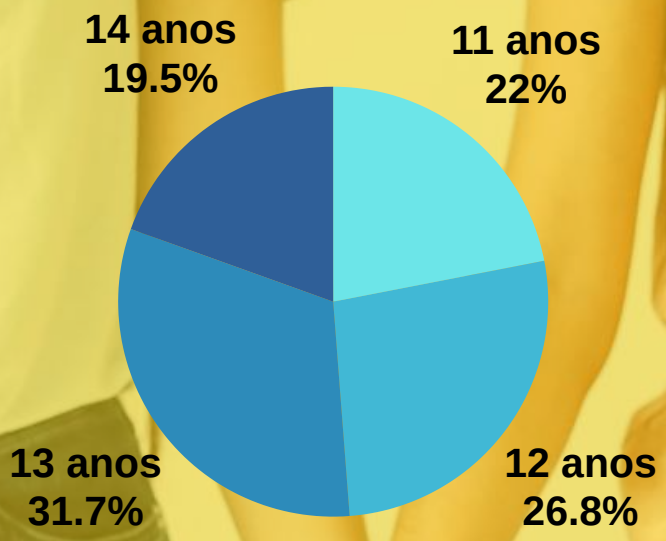
Com isso, busca-se contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos e possam se desenvolver plenamente.

PERFIL SOCIAL DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS.

Ao analisar os dados sobre a idade dos participantes, núcleo familiar, religião, grau de escolaridade, renda per capita, se a mulher é chefe de família, acesso a programas socioassistenciais, registro civil, ausência de genitores, tipo de ocupação dos genitores e a presença de crianças e adolescentes PCD ou LGBTQIA+, pode-se identificar quais são as principais demandas e lacunas nas políticas públicas existentes.

Essas informações são essenciais para fortalecer a formação política com acesso a esses dados, podem-se desenvolver estratégias e ações mais eficazes para garantir o pleno exercício dos direitos infantojuvenis. Além disso, contribui para a incidência política. Isso significa que podemos utilizar essas informações para pressionar os detentores de deveres para estruturar políticas públicas adequadas e eficientes para atender às necessidades das crianças e adolescentes do Taquari.

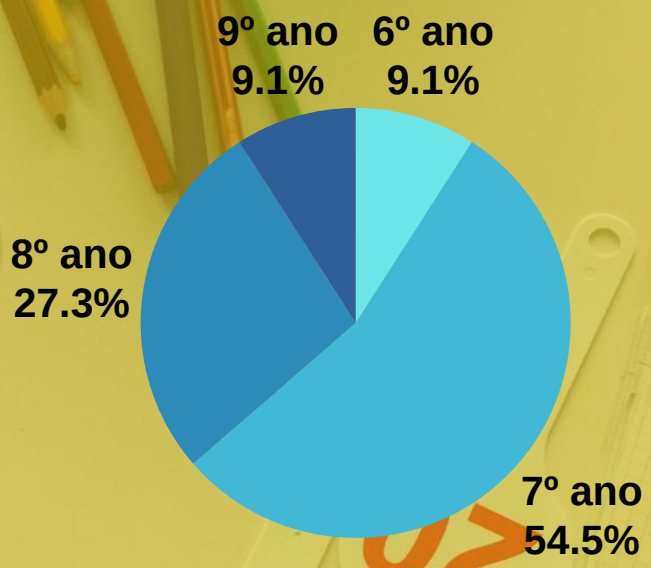
IDADES DOS PARTICIPANTES



Fonte: Folha resumo das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Vale ressaltar que um dos critérios para participar do curso é: os/as participantes deveriam ter entre 11 e 14 anos. E o gráfico revela que 32% dos/das selecionados (as) tem 13 anos e 22% tem 11 anos, ou seja, é um grupo formado tanto por criança quanto por adolescente.

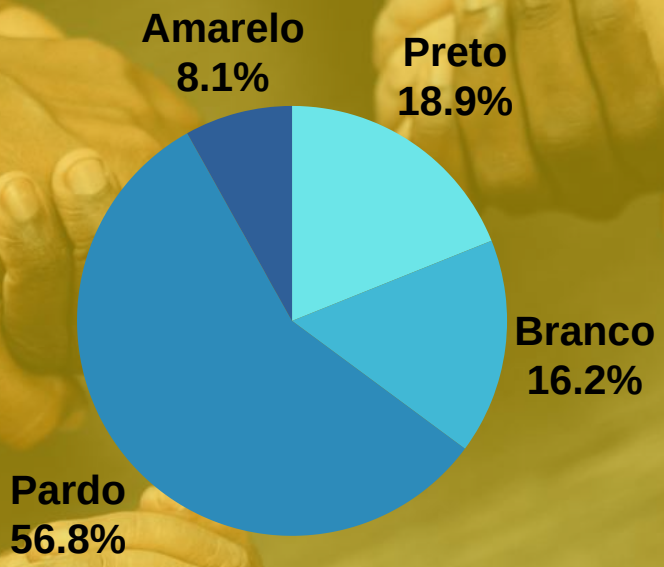
ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Sobre a escolaridade dos/as participantes do curso, verifica-se que 55% estão cursando o 7º ano do fundamental e 27% estão no 8º ano. Observa-se que o grau de escolaridade corresponde com a idade. Por esse gráfico também pode se analisar que a grande parte das crianças e adolescentes que participaram da segunda turma do Curso de Protagonismo Político e Cultural cursa o 7ºano do fundamental e tem entre 12 (27%) e 13 (32%) anos de idade (conforme o gráfico 1).

COR OU RAÇA/ETNIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES



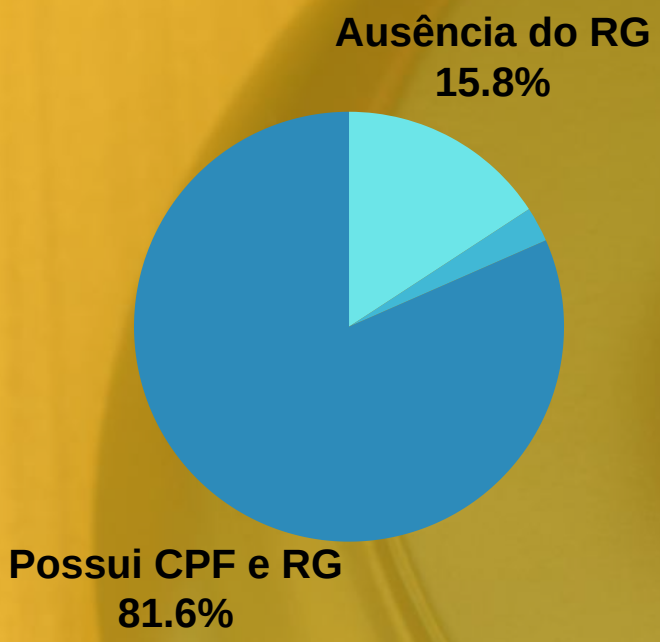
Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

No gráfico 3, mostra que 57% das crianças e adolescentes se autodeclaram Pardo, 19% Preto, 16% Branco e 8% Amarelo. Esse dado é expressivo para esse estudo, uma vez que durante o acompanhamento psicossocial (que também é uma das ações que são desenvolvidas no Projeto Cuidar) há relatos de Crianças e adolescentes que sofreram discriminação racial dentro do hábito escolar. Charlot (2002) caracteriza a violência escolar como: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Segundo Charlot (2002, p. 434):

> **“A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas”.**

Dito isso, é importante que essas falas racistas não possam ser analisadas de maneira individual. Tende-se a considerar, as relações e a forma pelo qual as identidades pessoais e sociais foram construídas, além de entender onde esse indivíduo está inserido. O indivíduo se torna membro da sociedade pelo processo de interiorização da realidade. É pela interiorização da realidade que o indivíduo compreende os processos subjetivos do outro e o mundo em que vive tornando-o o seu mundo, ou seja, assume o mundo em que nasceu como o seu mundo. A interiorização da sociedade promove uma identificação mútua que possibilita aos homens partilhar o mundo (Berger e Luckmann, 2002).

REGISTRO CIVIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

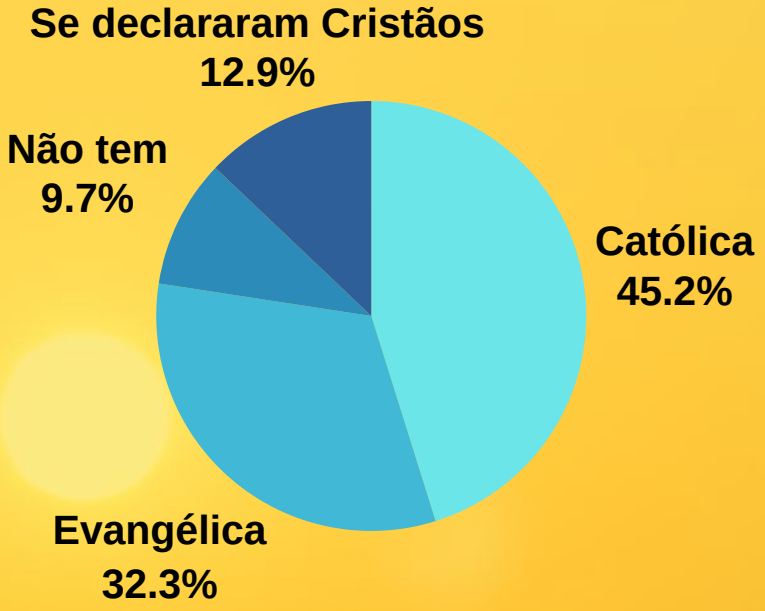
Sobre o registro civil, pode-se observar que 16% das crianças e adolescentes não possuem o RG, 3% não possuem o CPF, e 81% apresentaram a documentação completa. Este dado merece destaque, uma vez que a ausência de documentação básica para Moreira (2019) é definida como violação de direitos para o usuário que tem necessidade de acesso às políticas públicas, como vamos verificar no gráfico 12 que busca analisar a inserção das famílias das crianças e adolescentes em programas socioassistenciais como. Um exemplo é o Bolsa família e o Programa Minha Casa Minha Vida, que possuem exigência da documentação básica (CPF/RG) para se inscreverem no Cadastro Único (Cadúnico) vejamos:

> **Para que a família possa ser cadastrada, é importante: Ter uma pessoa responsável pela família para responder às perguntas do cadastro. Essa pessoa deve fazer parte da família, morar na mesma casa e ter pelo menos 16 anos. Para o responsável pela família, de preferência uma mulher, é necessário o CPF ou Título de Eleitor. Apresentar pelo menos um documento de todas as pessoas da família: Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; CPF; Carteira de Identidade (RG); Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI); Carteira de Trabalho; ou Título de Eleitor. (CEF/CADÚNICO, 2018).**

Essa análise pode justificar a ausência de 21% das famílias dessas 38 crianças e adolescentes que estão fora dos programas socioassistencias do governo como vamos verificar no gráfico 12 Segundo uma matéria conduzida pelo G1 (2018) a falta de acesso a documentos básicos como: certidão de nascimento, carteira de vacinação e de identidade, ou cadastro de pessoa física, "empurra" parte da população para a condição de indigente. Esse é o cenário que se encontra 16% das crianças e adolescentes do setor Taquari, uma região periférica sem RG. Porque Figueiredo vai defender que:

> **“Todos têm direito a ter nome e sobrenome” e “todos têm direito a ter direitos.” Foram campanhas institucionais da defensoria pública. Sem documento somos invisíveis e não é a toa que este movimento pela busca da erradicação do sub-registro que vem crescendo cada vez mais. (FIGUEIREDO, 2017, p. 140).**

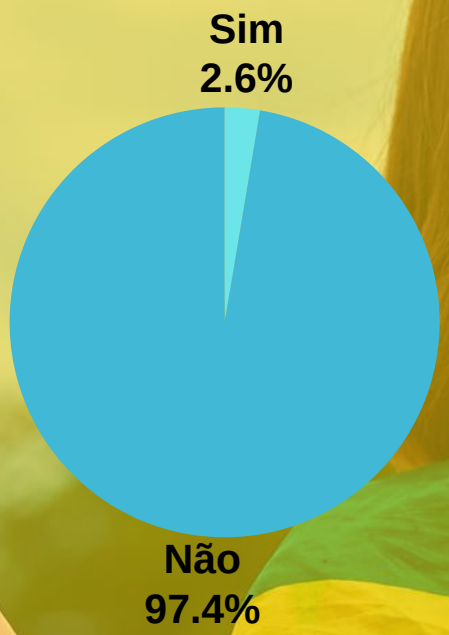
RELIGIÃO



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Agora, analisando o gráfico 5 sobre a religião dos/das participantes, é possível verificar que 45% se declaram católicos, 32% evangélicos e 10% afirmaram não ter religião.

LGBTQIA+



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

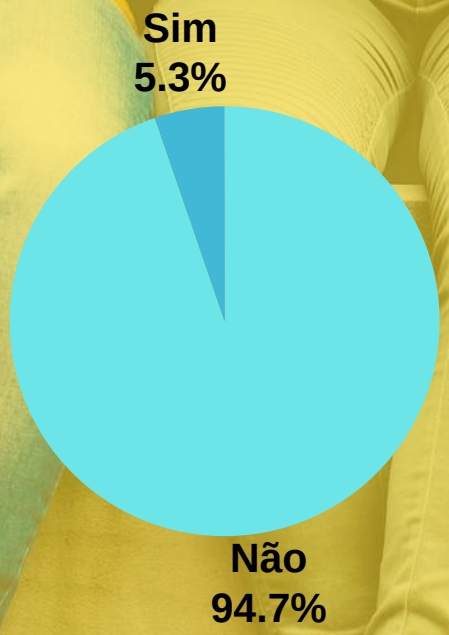
No item LGBTQIA+, observa-se que 3% das crianças e adolescentes responderam que se identificam LGBTQIA+ e 97% que não se identificam. Esse era um dos resultados esperados, devido às opressões sofridas por adolescentes LGBTQIA+ que muitas das vezes são marcados pela negligência que a sociedade tem na compreensão da sexualidade. A Organização Mundial da Saúde define o termo da seguinte forma:

> **A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1975).**

Essa definição deixa bem claro que a sexualidade vai muito mais além sobre falar sobre relações sexuais. Para Marciano negar a existência da diversidade é não só os condenar ao ostracismo como também inibir construções identitárias e interações sociais." (p, 12 2021). Essa negativa por parte dos (as) participantes do Curso de protagonismo Político e Cultural se deve ao preconceito e a discriminação por parte da sociedade conversadora que acha que adolescente não tem sexualidade. A criança e o adolescente precisam conhecer sobre sua sexualidade que não se reduz apenas aos órgãos genitais, elas e eles necessitam de informações seguras e de qualidade para que os mesmos venham se prevenir de um abuso ou referente às meninas com gravidez na adolescência.

É necessário falar desse tema abertamente, sem tabu, sem preconceito, certo que é um tema que está em nosso dia-a-dia e urge com necessidade de aceitação pela sociedade como outros temas são: saúde, lazer, educação.

ADOLESCENTE JÁ CUMPRIU OU ESTÁ CUMPRINDO MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

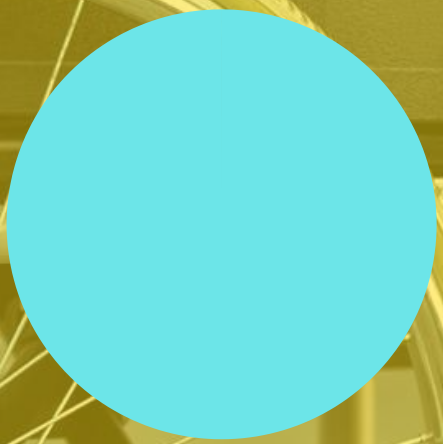
Neste tópico 5% responderam que sim e 95% afirmaram que não. Esse dado também surgiu como critério para participar do curso de Protagonismo Político e Cultural, o que mostra que 5% dos/das participantes inscritos já cumpriu ou está cumprindo medida socioeducativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seus artigos a previsão de medidas de proteção aplicadas às crianças e as medidas socioeducativas direcionada ao adolescente que comete ato infracional, deixando claro que o objetivo não é a punição é sim a efetivação de meios para construir a autonomia e o protagonismo.

Em um estudo feito por Almeida e Oliveira (2016) Sobre o CASE (O Centro de Atendimento Socioeducativo) de Palmas: A efetividade da Medida Socioeducativa de Internação em face da reiteração infracional dos adolescentes em conflito com a lei nos anos de 2009 a 2013 mostra a localidade em que moram os adolescentes que reincidiram, 52,85% (111) são da Região Sul, seguidos por 28,85% (48) da Região Norte, 16,20% (34) da Região Central, 5,23% (11) de outros estados, apenas 4 (quatro) de Taquaruçu e 2 (dois) de Buritirana.

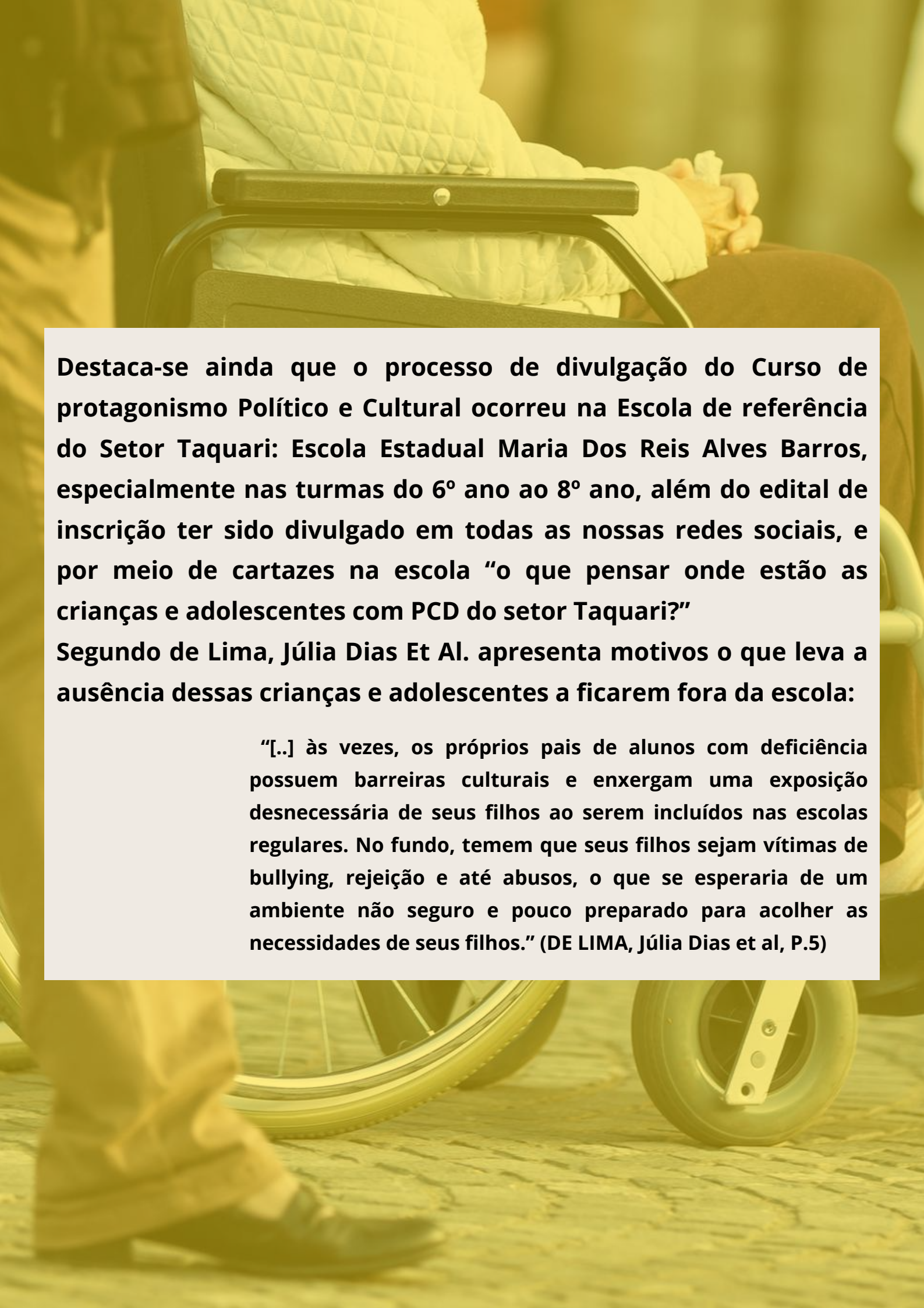
Sabe da discriminação e da dificuldade de inserção de amplos segmentos para essa população, esse tema também fez parte dos critérios para participar do curso de Protagonismo Político e Cultural porque precisa oferecer Políticas Públicas para esses adolescentes.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA PCD



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Segundo o gráfico 8, mostra que nenhuma criança e adolescente afirma ser PCD. Embora seja um critério para seleção dos/as participantes do curso, mas não tivemos inscrições de crianças e adolescentes PCD, o que indica a dificuldade delas/delas acessar serviços, programas e a mobilidade no próprio território.

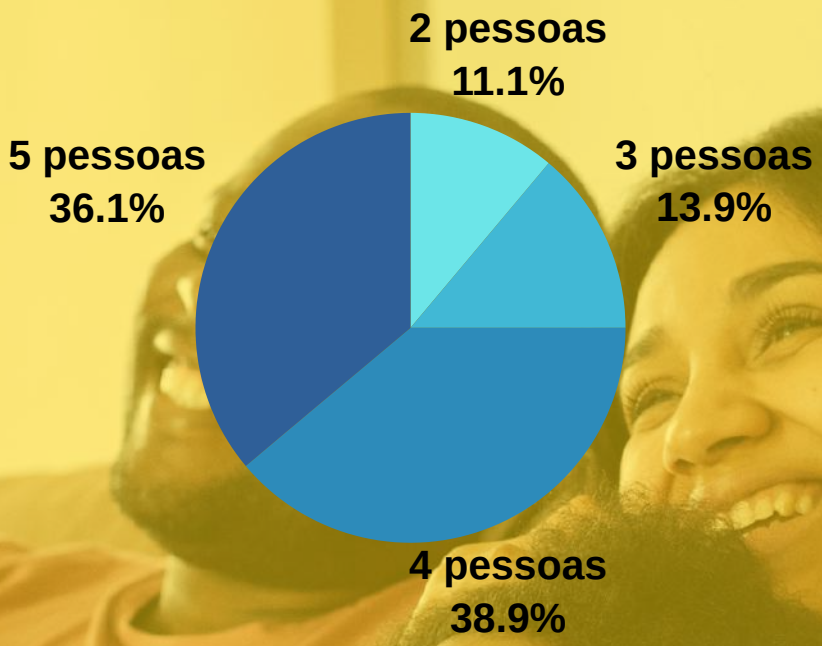


Destaca-se ainda que o processo de divulgação do Curso de protagonismo Político e Cultural ocorreu na Escola de referência do Setor Taquari: Escola Estadual Maria Dos Reis Alves Barros, especialmente nas turmas do 6º ano ao 8º ano, além do edital de inscrição ter sido divulgado em todas as nossas redes sociais, e por meio de cartazes na escola "o que pensar onde estão as crianças e adolescentes com PCD do setor Taquari?"

Segundo de Lima, Júlia Dias Et Al. apresenta motivos o que leva a ausência dessas crianças e adolescentes a ficarem fora da escola:

> **"[..] às vezes, os próprios pais de alunos com deficiência possuem barreiras culturais e enxergam uma exposição desnecessária de seus filhos ao serem incluídos nas escolas regulares. No fundo, temem que seus filhos sejam vítimas de bullying, rejeição e até abusos, o que se esperaria de um ambiente não seguro e pouco preparado para acolher as necessidades de seus filhos." (DE LIMA, Júlia Dias et al, P.5)**

NÚCLEO FAMILIAR



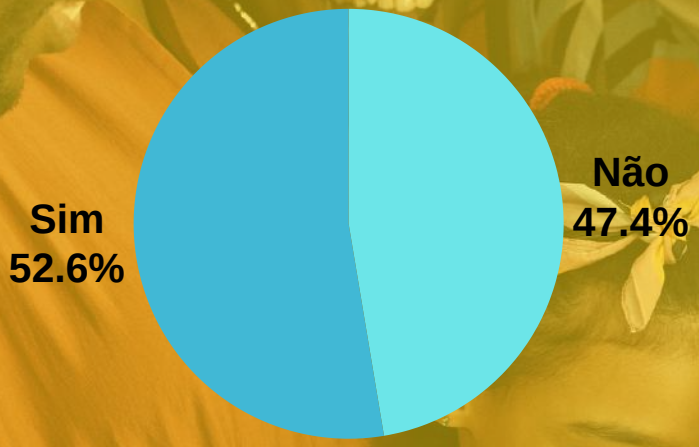
Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

O gráfico 9 mostra que no núcleo familiar 39% das crianças e adolescentes que participaram do estudo é composta por até 04 pessoas e 36% por até 5 pessoas. Somente 11% das crianças e adolescentes têm uma família ampliada composta por até 02 pessoas. Família ampliada pelo Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é:

> **Art. 25. (...)**
> **Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.**

Desse modo, o dado demonstra que de forma geral as crianças e adolescentes têm famílias compostas por muitos membros, sendo que a maioria desses membros são seus irmãos, também crianças e adolescentes.

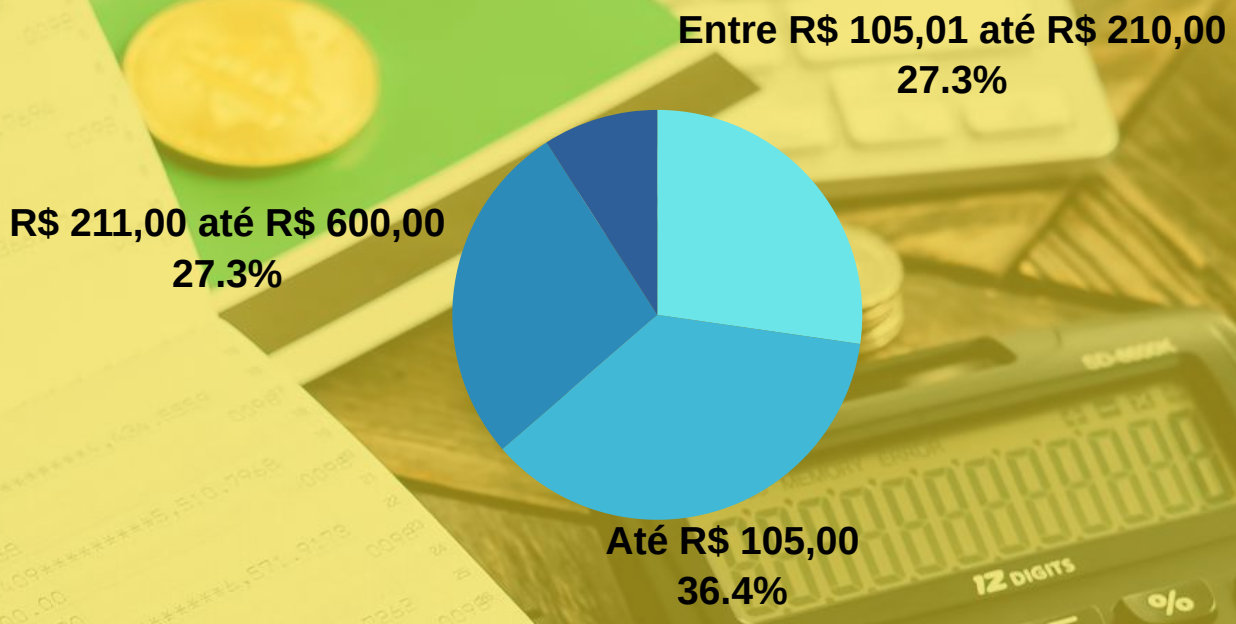
NO NÚCLEO FAMILIAR/RESIDÊNCIA HÁ CRIANÇAS COM IDADE DE 0 A 6 ANOS



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Podemos observar que 38% das famílias das crianças e adolescentes têm crianças com idade de 0 a 6 anos e 62% afirmaram não ter. Esse tema reflete sobre a primeira infância e sobre os seus cuidados.

RENDA PER CAPITA



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Quanto à renda per capita, é possível verificar que 37% das famílias que as crianças e adolescentes estão inseridas, tem uma renda per capita de até R$ 105,00 por pessoa. Destacamos que a renda per capita é o valor da renda total das pessoas que moram numa mesma casa dividida pela mesma quantidade de pessoas. Com isso, a renda mais alta entre os/as participantes é de R$ 600,00 a R$ 800,00 reais, o que resulta em 9%. Esse dado sobre a renda per capita é muito preocupante, uma vez que ele mostra que 37% das famílias tem uma renda per capita de até R$ 105,00, isso gera uma alerta para todas as Políticas Públicas em um âmbito geral, além da Política de Assistência Social, ou seja, deve ocorrer a intersetorialidade entre as Políticas Sociais, para o enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar.

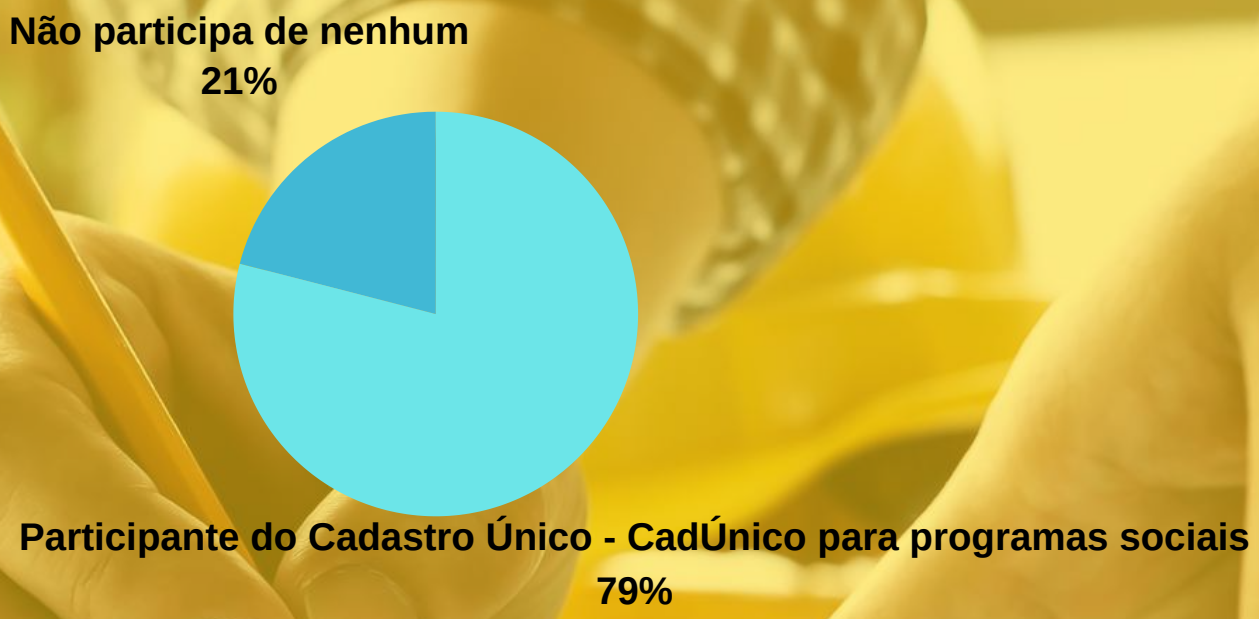
> A intersetorialidade envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida (MIOTO, SCHUTZ, 2011, p. 5).

As crianças e adolescentes são impactadas, pela insuficiência da alimentação e pela a desigualdade de acesso a renda, trazendo para a realidade das famílias dos/das 38 participantes do estudo. Durante as visitas psicossociais é possível verificar a falta de alimentos nas casas e também encaminhamentos para a rede de saúde por questões de desnutrição.

> A insuficiência da alimentação e outras condições impróprias para a saúde, associadas ao baixíssimo poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, manifestam-se em indicadores antropométricos de desnutrição. O crescimento e a manutenção das dimensões corporais exigem a presença de condições ótimas, principalmente quanto à ingestão e utilização biológica de calorias e proteínas. Assim, os indicadores antropométricos constituem uma maneira bastante sensível de detectar casos de desnutrição. (HOFFMANN, Rodolfo, 1995,p.164).

Esse é um indicativo muito grave e que cabe aos gestores de Políticas Públicas pensarem construir serviços para garantir programa e ações para combate à fome do Setor Taquari.

PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

O gráfico 12 identifica as famílias inseridas em programas socioassistenciais demonstrando que 79% delas são participantes do cadastro único e 21% não participam de nenhum programa. Fazendo uma relação com o dado sobre a renda per capita podemos afirmar que no território do Taquari há crianças e adolescentes que necessitam da proteção social e que não estão sendo atendidas pelas políticas sociassistenciais. Yasbek (2008) faz alguns apontamentos em relação à proteção social neste contexto de Assistência Social:

> Política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YASBEK, 2008, p. 95).

Isso faz pensar nos motivos pelo quais estes 21% das famílias estão fora dos programas socioassistencias, uma das rações pode ser a falta de documentação uma vez que, para se inscreverem no cadastro Único é necessário a documentação de todos os membros que compõe a residência, como foi citado no gráfico 4 que revela 16% das crianças e adolescentes não possuem o RG e 3% não possui o CPF.

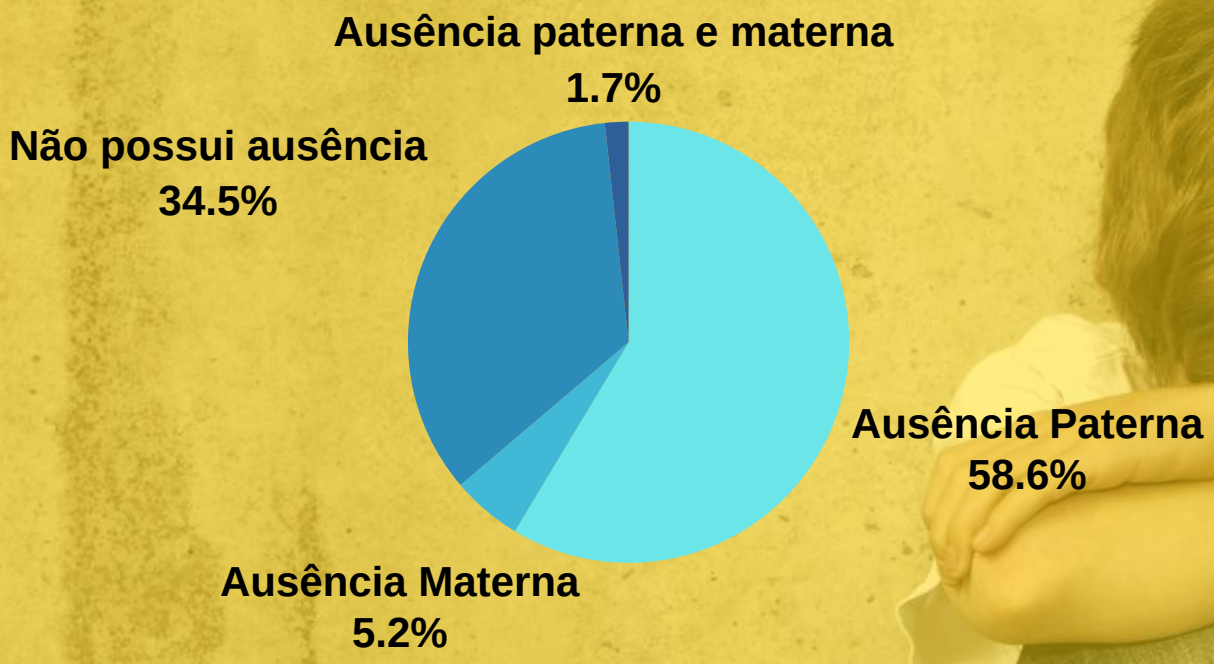
FAMÍLIA CHEFIADA POR MULHER

Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Os dados revelaram que, no total, 50% das famílias são chefiadas por mulheres. Esse resultado já era o esperado, uma vez que existem dados estatísticos e oficiais que comprovam a figura feminina como provedora dos seus lares. Pode se citar o estudo feito pelo Grupo Globo que revela que atualmente, mais de 48% dos lares brasileiros têm mulheres como chefes de família, ou seja, como as principais responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos. (GLOBO, 2020).

Isso chama a atenção pelo fato da dupla jornada de trabalho onde essas mulheres se dividem entre as tarefas domésticas e o trabalho fora de casa, vale ressaltar que um dos critérios para participar do Curso de Protagonismo Político e Cultural era a família ser chefiada por mulher, uma vez que a instituição compreende que essas mulheres precisam de atenção, cuidado e proteção, e também por ser a maioria as responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescente muito pela ausência e omissão da figura paterna, conforme verifica-se no próximo gráfico.

AUSÊNCIA DE ADULTOS CUIDADORES



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Pelo gráfico pode se afirmar que 59% das crianças e adolescentes têm a ausência paterna, 5% referente à materna, 2% tem a ausência paterna e materna e 34% não possui ausência paterna e materna. Esse resultado vai se complementar com o gráfico (10) anterior, onde diz que 50% das famílias são chefiadas por mulheres. Ou seja, convivem somente com a mãe que segundo Oliveira Costa e Marra podem definir como família monoparental feminina:

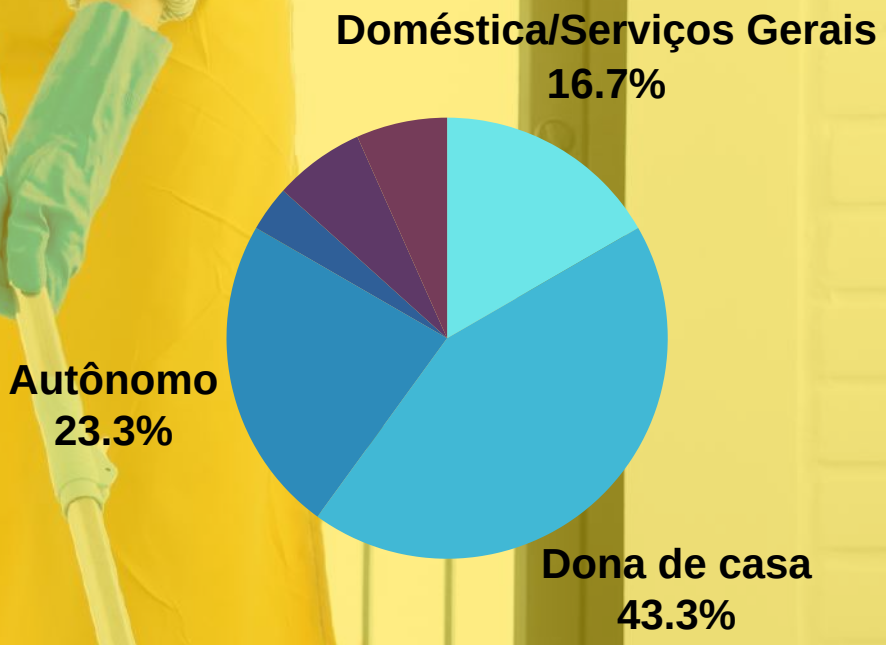
> É aquela em que vivem juntos mãe e filho, ou filhos, nas qual a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou teve a oportunidade de uma união estável. (OLIVEIRA COSTA E MARRA, 2013, P. 145).

Elas se responsabilizam pelo domicílio, educação dos (as) filhos (as) das condições financeiras e emocionais ligada ao desenvolvimento da família. O que as coloca em situação de preconceitos e desigualdade em vários setores, principalmente pelo fato de não ter a presença do homem, o que remete a desmoralização diminuído o seu potencial para o desenvolvimento dos(as) filhos(as). Além do sentimento de culpa que elas já carregam em relação aos cuidados com os(as) filhos(as) justamente pelo acúmulo de papéis (provedoras, funções domésticas e criação dos filhos).

Para Oliveira e Marras (2013) a falta de participação paterna tem uma consequência maior quando está relacionada à ausência financeira e presencial/afetiva do pai na vida dos(das) filhos(as). Para elas essa ausência pode gerar um sentido negativo da figura paterna e masculina na subjetividade dos(as) filhos(as)

Já para Mariano e Carloto (2009), o fator monoparental acrescido à chefia familiar feminina constitui um grau a mais de vulnerabilidade. É isso vai se confirmar ao analisar o próximo gráfico(15).

OCUPAÇÃO DOS/DAS ADULTOS (AS) RESPONSÁVEIS



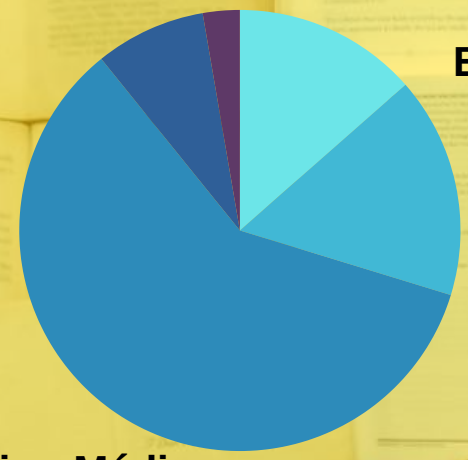
Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Sobre a ocupação dos adultos cuidadores, 43% afirmaram que são donas de casa, 23% autônomos(as) e 17% afirmaram ser domésticas ou trabalharem como auxiliar de serviço gerais. Esse dado só confirma a teoria de Mariano e Carloto (2009), quando diz: a chefia familiar feminina concentra-se justamente entre os grupos sociais mais vulneráveis e ainda lhes acrescenta um grau a mais de vulnerabilidade por serem, muitas vezes, famílias monoparentais. (2009, p. 904).

Ao fazer uma análise conjunta com o gráfico(13) que traz dados sobre a família ser chefiada 50% por mulher, o gráfico(14) que mostra a ausência paterna é 59% e o gráfico(15) que mostra a ocupação dos adultos responsáveis aonde 43% dos adultos responsáveis declaram ser dona de casa é possível afirmar que são dados que conversam entre si, e mostra que as famílias dessas 38 crianças e adolescentes vivem em situação de vulnerabilidade social.

Isso se confronta com o estudo feito pelo Grupo Globo (2020) que mostra que 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres. Embora seja a maioria nesse quesito, ela também lidera o número de desempregados no país, onde mostra 14,9%, das mulheres estão desempregadas e 12% referente aos homens.

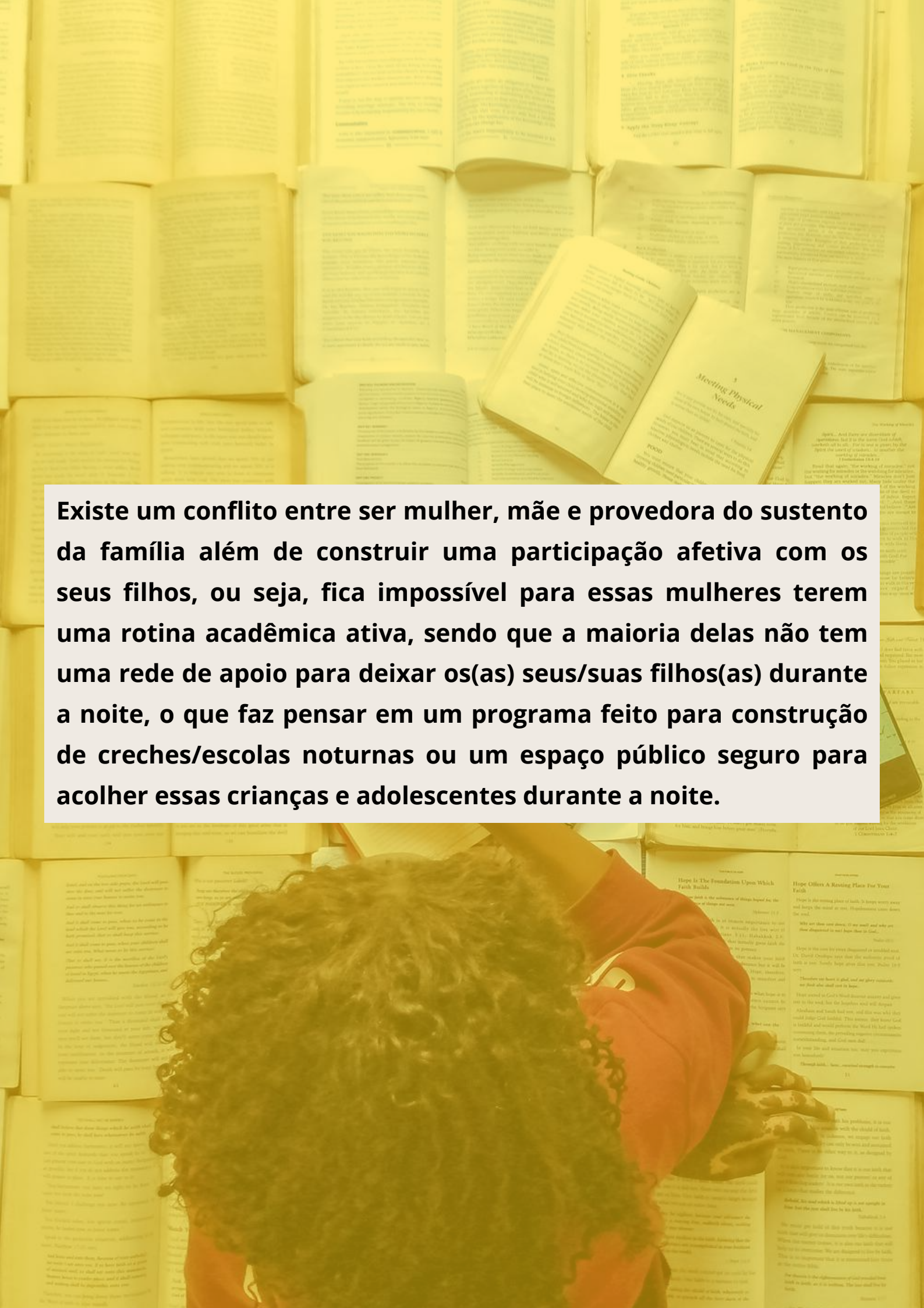
ESCOLARIDADE DOS/DAS RESPONSÁVEIS



Fonte: Formulário de inscrição das crianças e adolescentes do curso de protagonismo político e cultural 2023/2.

Sobre a escolaridade dos/das responsáveis pelas crianças e adolescentes, 59% deles (as) afirmaram ter concluído o ensino médio, 14% concluíram até o ensino fundamental I, em relação ao fundamental II 16% afirmaram ter concluído. E 8% dos responsáveis concluíram o ensino superior.

É Importante analisar que apenas 8% dos(as) responsáveis pelas crianças e adolescentes concluíram o Ensino Superior. Esse número pode confirmar o que Brito (2008) diz em seus estudos ao afirmar que: ao trabalharem essas mães tente a ficarem ausentes na vida de seus filhos(as), uma vez que passam a maior parte do tempo no trabalho retornando somente à noite.



Existe um conflito entre ser mulher, mãe e provedora do sustento da família além de construir uma participação afetiva com os seus filhos, ou seja, fica impossível para essas mulheres terem uma rotina acadêmica ativa, sendo que a maioria delas não tem uma rede de apoio para deixar os(as) seus/suas filhos(as) durante a noite, o que faz pensar em um programa feito para construção de creches/escolas noturnas ou um espaço público seguro para acolher essas crianças e adolescentes durante a noite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou demonstrar o perfil dos/as participantes da segunda turma do Curso de Protagonismo Político e Cultural e suas famílias a partir de uma breve sistematização de dados.

Por meio das análises apresentadas nesse estudo, ficou claro que tanto as crianças quanto adolescentes fazem parte de um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Considerando suas necessidades específicas e o contexto de vulnerabilidade em que se encontram. O ponto principal é pelo acesso à documentação civil, como RG e CPF, para que essas crianças e adolescentes se sentirem como gente e merecedora de direitos, é como foi debatido no decorrer do estudo para que eles e elas possam ter acesso aos seus direitos e ter acesso às políticas públicas e sociais.

Observa-se no gráfico(11) que 37% das famílias que as crianças e adolescentes estão inseridas, tem uma renda per capita de até R$ 105,00 por pessoa. É necessário que sejam implementadas ações e programas que visem à melhoria da renda familiar. Além da concessão de cesta básica. Esse resultado está interlaçado pelo fato dessas famílias serem chefiadas por mulheres, que têm a dura tarefa de se organizar para ser mulher, mãe e provedora do lar. É fundamental durante todo esse estudo reconhecer e valorizar o papel das mulheres nesse contexto que muita das vezes tem a responsabilidade de cuidar dos seus filhos e filhas sozinhas.

Outro ponto primordial a se destacar nesse estudo é, a ausência de genitores das crianças e adolescentes, mostradas no gráfico 14 que diz: 50,90% das crianças e adolescentes tem a ausência paterna. Nesse sentido, cabe aos sistemas de Proteção Básica desenvolver ações no CRAS, sobre essa temática por meio do PAIF e os grupos de convivência tanto das crianças e adolescentes quanto para essas mães mulheres que também necessitam de proteção e cuidado.

Em suma, é imprescindível que a rede de proteção à criança e ao adolescente atue de forma integrada e articulada, oferecendo serviços e políticas públicas que atendam às necessidades específicas desse grupo em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar, n. 15, p. 42-52, 2008.

BERGER, PETER L., LUCKMANN, THOMAS . A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

CHARLOT, BERNARD. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Revista Sociologias. Porto Alegre, n.8, ano 4, p.432-443,
jul./dez. 2002

DE ALMEIDA, Cristiane Roque; OLIVEIRA, Anna Gabriela Queiroz. CASE DE PALMAS: A EFETIVIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM FACE DA REITERAÇÃO INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NOS ANOS DE 2009 A 2013. **Revista Vertentes do Direito,** [S. l.], v. 3, n. 2, p. 43–74, 2016. DOI: 10.20873/uft.2359-0106.2016.v3n2.p43-74. Disponível em:https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/2050. Acesso em: 8 out. 2023.

DE LIMA, Júlia Dias et al. Desafios da Inclusão no Brasil: A Dificuldade da Educação Inclusiva dos Alunos com Deficiência nas Escolas Brasileiras. **CADERNO DISCENTE**, v. 8, n. 1, p. 72-80, 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

DE OLIVEIRA COSTA, Florença Ávila; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013.

DE SANTANA MOREIRA, Juliana Conceição. TRABALHO E O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** 2019. 2019.

FIGUEIREDO, Fátima Maria Saraiva. Colônia Juliano Moreira – Uma história de subregistro. In MPRJ. Comissão Permanente Multidisciplinar de erradicação de sub-registro e ampliação do acesso à documentação básica. Rio de Janeiro, Editora Ministério Público, 2017

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, p. 159-172, 1995.

IDADE ESCOLAR. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.phptitle=Idade_escolar&oldid=66285783>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

MARCIANO, Juliano Cesar Souza. Abaixo à conspiração do silêncio!: a importância da representatividade na mídia para adolescentes LGBTQIA+ e a utilização dessa representação como ferramenta de discussão em sala de aula. 2021.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Estudos Feministas, v. 7, n. 3, p. 901-908, 2009.

MILHARES DE PESSOAS NO RJ NÃO TÊM NENHUM TIPO DE DOCUMENTO https://g1.globo.com/rj/riodejaneiro/noticia/2018/09/10/milhares de-pessoas-no-rj-naotem-nenhum-tipo-de- documento.ghtml Acessado em 10 de out de 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; SCHUTZ, Fernanda. Intersetorialidade na Política Social: reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais. In: DIPROSUL. O direito à saúde e a proteção social em faixas de fronteiras: um balanço do debate acadêmico no sul da América do Sul. Pelotas, 2011, p. 1-27

TRANSFORMAÇÕES MULHERES.Globo Disponivel em < https://www.negociossc.com.br/materiais-para-download/?busca=Pesquisa%3A+Transforma%C3%A7%C3%B5es+Mulheres

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ROSEMBERG Fúlvia; BAZILLI Chirley; SILVA Paulo Vinícius Baptista. Fundação Carlos Chagas;Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do Suas. In: SUAS: configurando os eixos de mudança. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1ª ed. Brasília: MDS, 2008.

CELULAR

(63) 9 9228-7108

EMAIL

cedecato@cedecato.org.br

REDES SOCIAIS

@CEDECATO